

METODOLOGIA da PESQUISA-AÇÃO



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Thiollent, Michel
Metodologia da pesquisa-ação / Michel Thiollent. -- 19. ed. -- São Paulo : Cortez Editora, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5555-578-3

1. Pesquisa-ação 2. Pesquisa - Metodologia 3. Pesquisa social
I. Título.

25-267916

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Metodologia da pesquisa-ação 001.42
2. Pesquisa-ação : Metodologia 001.42

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Michel Thiollent

**METODOLOGIA da
PESQUISA-AÇÃO**

19ª edição

Edição comemorativa dos 40 anos da 1ª edição (1985)

São Paulo – SP

2025

 **CORTEZ
EDITORA**

METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO

Michel Thiollent

Direção editorial: Miriam Cortez

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Preparação de originais: Ana Paula Lucciano

Revisão: Tatiana Tanaka

Tuca Dantas

Projeto gráfico e diagramação: Linea Editora

Capa: de Sign Arte Visual

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© by Michel Thiollent

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo — SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — junho de 2025

Sumário

Apresentação da 19ª edição comemorativa dos 40 anos de <i>Metodologia da pesquisa-ação</i>	7
Apresentação da 18ª edição	15
Prefácio	21
Introdução	25
Capítulo I — Estratégia de conhecimento	31
1. Definições e objetivos	32
2. Exigências científicas	40
3. O papel da metodologia	46
4. Formas de raciocínio e argumentação	49
5. Hipóteses e comprovação	56
6. Inferências e generalização	62
7. Conhecimento e ação	65
8. O alcance das transformações	68
9. Função política e valores	71
Capítulo II — Concepção e organização da pesquisa	75
1. A fase exploratória	76
2. O tema da pesquisa	79
3. A colocação dos problemas	83
4. O lugar da teoria	85
5. Hipóteses	86
6. Seminário	89

7. Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa.....	93
8. Coleta de dados	97
9. Aprendizagem	99
10. Saber formal/saber informal	101
11. Plano de ação	104
12. Divulgação externa.....	106
Capítulo III – Áreas de aplicação.....	109
1. Educação	110
2. Comunicação	114
3. Serviço social.....	118
4. Organização e sistemas	121
5. Desenvolvimento rural e difusão de tecnologia	127
6. Práticas políticas	132
7. Conclusão.....	136
Conclusão	139
Posfácio à 14ª edição	149
Referências	171

APRESENTAÇÃO DA 19ª EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 40 ANOS DE *METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO*

O livro *Metodologia da pesquisa-ação* foi publicado pela primeira vez em 1985, graças ao entusiasmo do Sr. José Xavier Cortez. Desde então, teve 18 edições e várias reimpressões. Em 2025, comemoram-se os 40 anos de existência e circulação dessa obra, que é citada milhares de vezes em livros, artigos, teses, dissertações de diversas áreas: educação, ciências sociais aplicadas, ciências de saúde, ciências ambientais, desenvolvimento social, direitos humanos, práticas culturais e artísticas, entre muitas outras.

Tudo isso começou depois do Seminário Nacional de Pesquisa Participativa, realizado em 1984, em Brasília (DF), e organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), então dirigido pelo Professor Pedro Demo, que me convidou para falar de metodologia alternativa naquele contexto dos anos finais do regime militar.

A partir de 1975, quando cheguei ao Brasil vindo da França como professor contratado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), eu estava estudando metodologia de pesquisa em ciências sociais para ministrar uma disciplina do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, onde lecionei entre 1975 e 1979. Acabei também ministrando várias disciplinas de metodologia com base em autores críticos das décadas de 1960 e 1970. O que resultou desse trabalho

de ensino foi organizado em uma coletânea de textos sob o título *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, publicada em 1980, pela Editora Pólis. Esse foi o primeiro livro que teve um grande sucesso, com cinco edições entre 1980 e 1986. Não foi reeditado depois, devido ao fechamento da editora. Nele, eu apresentava uma crítica ao empiricismo, e mostrava as distorções em técnicas de entrevista e questionário. Ainda não tratava explicitamente de pesquisa-ação, mas havia um debate sobre o que seria uma pesquisa de um ponto de vista marxista, à luz de discussão ocorrida no início da década de 1960, na Itália, na revista *Quaderni Rossi*, principalmente nos artigos de Dario Lanzardo e Raniero Panzieri, que haviam discutido a *Enquete operária*, de Marx, e viam aproximação com uma possibilidade de pesquisa de intervenção, junto à classe operária, para buscar compreender a visão dos trabalhadores no que concerne às suas condições de trabalho e de vida frente ao capitalismo.

Em parte, aquele livro anunciava a possibilidade de elaborar um tipo de pesquisa mais interveniente, como a pesquisa-ação. No início da década de 1980, a metodologia da pesquisa participante já havia sido tema de discussão, no contexto da II Conferência Brasileira de Educação, realizada em 1982, em Belo Horizonte (MG), da qual participei. Naquela ocasião, pude manter rica interlocução, especialmente, com dois professores da Unicamp: Moacir Gadotti, da Faculdade de Educação, e Carlos Rodrigues Brandão, do Departamento de Antropologia, o qual havia publicado um livro sobre a pesquisa participante na América Latina e no Brasil. Era um momento de intenso debate que correspondia também à volta de Paulo Freire do exílio e à sua atuação no Brasil.

Em 1984, quando se realizou o Seminário Nacional de Pesquisa Participativa em Brasília, eu ainda não havia publicado um livro específico sobre a pesquisa-ação. Fiz uma exposição oral sobre a metodologia participativa e a pesquisa-ação do jeito que eu as entendia. Vários professores, principalmente Walter Garcia, disseram que eu precisava publicar um livro de introdução a esse tipo de pesquisa, que ainda parecia um

pouco nebulosa. Assemelhava-se a uma forma de pesquisa participante, porém mais voltada para uma ação planejada, determinada, elaborada pelos pesquisadores junto às comunidades ou aos grupos interessados nos problemas a serem investigados. Aceitei, então, o convite.

Rapidamente escrevi o livro. Não tinha computador naquele tempo e datilografei o manuscrito na pequena máquina de escrever Olivetti Lettera 32. Revisado e publicado em 1985, pela Cortez Editora, foi um grande sucesso editorial. As primeiras edições foram logo esgotadas.

Essa publicação também me rendeu vários convites. Naquele momento, eu já estava trabalhando como professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em área tecnológica, e, ao longo das décadas de 1980 e 1990, fui convidado para tratar de pesquisa-ação por docentes de diversas universidades brasileiras e áreas de atuação.

Publiquei também vários artigos específicos em diversas áreas em que se pretendia aplicar essa metodologia de pesquisa. Na área tecnológica, por exemplo, discutiu-se como as interfaces homem-máquina podiam ser pensadas à luz da pesquisa-ação. Nos dias atuais, essa metodologia de pesquisa e o *design* participativo são internacionalmente aplicados em áreas de tecnologia social, desenvolvimento sustentável, agroecologia, entre outras similares.

A segunda metade dos anos 1980 correspondeu a um momento de redemocratização do Brasil em educação e no conjunto da vida política e social. As primeiras edições do livro *Metodologia da pesquisa-ação* encontraram um clima favorável nesse contexto. A abordagem é mais micro do que macrosociológica, oferecendo um passo a passo bastante simples para organizar um projeto capaz de mobilizar, ouvir as pessoas envolvidas, como educandos, educadores, trabalhadores, moradores, e foi discutida inclusive na área de agricultura popular. Era comum ouvir a expressão “dar voz e vez”. A pesquisa-ação pretendia dar voz e vez às pessoas de modo geral. Não sei se isso foi alcançado em grande escala, mas foi um esforço norteado por esse tipo de objetivo, em perspectiva

democratizante relacionada com as discussões preparatórias da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) no Brasil.

Ao longo dos 40 anos de circulação do livro, aconteceram muitas mudanças e fatos históricos. Houve — e ainda há — momentos de ressurgimento do neoliberalismo e do autoritarismo e, também, momentos de democratização sob a forma, por exemplo, de políticas públicas de ações afirmativas, como as cotas sociais e étnico-raciais, que se manifestam nas universidades brasileiras com o ingresso de estudantes antes excluídos. Nesse contexto, projetos e programas, como os de extensão universitária, tendem a melhorar a inserção da universidade nos problemas reais da sociedade. A pesquisa-ação e o planejamento participativo ganharam maior espaço. Foram organizados vários Seminários de Metodologia de Projetos de Extensão (SEMPEs). Discutia-se a possibilidade de usar, de modo mais sistemático, a pesquisa-ação nas atividades universitárias. Esses seminários foram conduzidos, entre 1996 e 2010, com o apoio de Pró-Reitorias de Extensão da UFRJ, da Universidade Federal de São Carlos, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e de outras entidades.

Em 2016, junto ao Centro de Tecnologia da UFRJ, foram criados o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) e o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Desenvolvimento Social, em que se aliam estudos de tecnologia e de desenvolvimento social com vários projetos em áreas rurais, pesca artesanal e comunidades urbanas, recorrendo, em proporções variáveis, à pesquisa-ação como metodologia de referência.

Nas últimas décadas, pode-se observar que a metodologia da pesquisa-ação se ampliou e se diversificou. Grandes seminários latino-americanos e internacionais foram organizados na Colômbia. Orlando Fals Borda cunhou o conceito de Investigación-Acción Participativa (IAP). Nos Estados Unidos, foi criada a Action Research Network of the Americas (ARNA), em conexão com a América Latina. De Portugal, a rede

Estreia Diálogos desenvolve a investigação-ação colaborativa e a difunde no mundo lusófono. Também se desenvolveu a pesquisa-ação colaborativa na Europa, com base no Collaborative Action Research Network (CARN). Nos Estados Unidos, desenvolveu-se a pesquisa-ação colaborativa-crítica inspirada em Kenneth Zeichner. Na França, o legado de Henri Desroche torna possível a pesquisa-ação cooperativa. No Canadá, André Morin desenvolveu a pesquisa-ação integral e sistêmica. No Brasil, foi resgatada a contribuição de João Bosco Guedes Pinto em pesquisa-ação para áreas rurais. Existem maior diversificação e mais denominações. Isso é uma riqueza. Não considero que uma definição da pesquisa-ação seja mais importante que as demais. Todas são relevantes. Podem enfocar alguns aspectos diferenciados. Temos de agregar, adensar as propostas de pesquisa participativa e pesquisa-ação, sem criar conflitos desnecessários entre subtendências. As experiências deveriam ser organizadas de maneira mais convergente do que divergente.

É possível observar, então, que a pesquisa-ação e a pesquisa participativa continuam sendo boas propostas metodológicas, bastante difundidas. Nem sempre são aplicadas de modo sistemático e profundo, mas pelo menos estão no horizonte das motivações metodológicas de muitos pesquisadores também das áreas sociais, como organização, economia solidária, tecnologias sociais, sem esquecer todas as demais já mencionadas.

A pesquisa-ação ainda tem futuro. É preciso revisar os princípios já antigos, como os que constam neste livro escrito em 1985, e sempre ficar aberto às novidades, inclusive a grandes expectativas, entre elas: como a pesquisa-ação vai entrar e conviver na Era Digital? A pesquisa-ação tem uma proposta de trabalho presencial. Nos anos 1950-1960, não existia computador à disposição de pesquisadores sociais. Essa discussão de como aproximar a pesquisa-ação das tecnologias digitais é um assunto que está totalmente aberto. Penso que o computador não pode substituir o ser humano. O diálogo tem de ser principalmente presencial. O Google

Forms não resolve a coleta de dados numa perspectiva de pesquisa-ação. Há restrições e adaptações a serem consideradas.

Outra questão importante que se observa nas agendas da pesquisa-ação, no contexto atual, é o enquadramento das práticas investigativas em critérios éticos, com submissão a Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das universidades. Há certos problemas ainda mal resolvidos. Muitos desses comitês não estão sabendo o que é pesquisa-ação. Alguns pareceristas questionam: com que legitimidade um pesquisador quer interferir na vida dos outros? Esse tipo de questionamento pode ser válido, mas temos de criar, para a metodologia da pesquisa-ação e da pesquisa participante, uma ética compatível com os propósitos e os alcances coletivos desses tipos de pesquisa. A ação decorrente da pesquisa só acontece se houver vontade e mobilização dos participantes, e não imposição dos pesquisadores ou de agentes institucionais externos. A questão ética não se limita ao consentimento individual, livre e esclarecido, pois está relacionada com um projeto de participação coletiva, social e politicamente articulado. A atual prática dos CEPs acaba, às vezes, inibindo pesquisas mais independentes, e muitos estudantes se limitam à pesquisa documental, sem pesquisa de campo, sem diálogo com ninguém. A meu ver, isso pode ser um retrocesso, considerando as grandes expectativas que existiam desde os anos 1960, 1970 e 1980 em torno da pesquisa participativa e da pesquisa-ação. É um assunto complexo que precisa ser discutido.

Nos últimos tempos, também novas questões transversais se manifestam com maior relevância social e cultural, abrindo novas frentes de pesquisa. É o caso da questão étnico-racial nas comunidades e na vida das instituições, bem como da questão da diversidade de gênero e cultural. Embora antigas, essas questões não estavam no centro das preocupações dos cientistas sociais e profissionais das áreas envolvidas. Atualmente, são consideradas centrais em pesquisas e práticas de diferentes áreas sociais e culturas. Ainda não há muitos exemplos para mostrar, mas há indicadores de ser bem factível, em curto prazo, a elaboração de projetos de

pesquisa participativa e de pesquisa-ação com comunidades discriminadas ou desfavorecidas, grupos vulneráveis ou oprimidos. Poderiam ser realizadas atividades como reuniões, seminários, coleta de dados, discussões coletivas de resultados sobre a realidade objetiva observada e as percepções subjetivas das situações. Com base nas informações processadas em grupo por pesquisadores e representantes das situações-problema (por exemplo, uma situação na qual o racismo ou a violência contra mulheres se manifestam), poderiam ser elaborados, tais como planos de formação, programas de extensão universitária, apoio a estratégias de movimentos sociais e políticas públicas de inclusão e defesa de direitos humanos.

O lançamento desta 19ª edição é uma ocasião para rever o caminho percorrido pelo livro e pela pesquisa-ação, e retomar a interlocução com os pesquisadores e as comunidades interessados. Foram mantidos aqui os capítulos, a apresentação e o posfácio disponíveis nas edições anteriores do livro. Na apresentação da 18ª edição, de 2011, tratei mais detalhadamente de questões conceituais sobre o método e a metodologia desse tipo de pesquisa, aspectos de seu desenvolvimento e aplicações em diferentes áreas e contextos político-sociais, até aquele momento. No posfácio à 14ª edição, de 2005, apresentei e problematizei novas questões, tais como: pesquisa-ação e metodologia participativa, ampliação e diferenciação das áreas de aplicação, incluindo ensino, pesquisa e extensão universitária, diferenças culturais e relacionamento intercultural, significado das mudanças e transformações propostas, questões éticas e de engajamento. Foram também inseridas referências atualizadas sobre o assunto. No entanto, essas questões merecem ser retomadas e atualizadas, pois não se trata de apenas repetir a “receita”, os procedimentos, as técnicas. É necessário questionar e pesquisar novas frentes: (a) como a pesquisa-ação pode entrar na Era Digital; (b) como pode se desenvolver no âmbito da ética de pesquisa, sem falsidade ideológica, nem manipulações; (c) como elaborar e desenvolver projetos de pesquisa-ação sobre questões relacionadas com a discriminação étnico-racial e de gênero.

Esta edição comemorativa dos 40 anos de *Metodologia da pesquisa-ação* é, portanto, também um convite para lembrar que é necessário avançar mais nesse tipo de alternativa metodológica. É preciso lembrar o que foi e o que é, para esboçar o que ainda pode vir a ser a pesquisa-ação.

Michel Thiollent

Professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor visitante sênior do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia.

6 de janeiro de 2025.

APRESENTAÇÃO DA 18ª EDIÇÃO

A cada reedição deste livro, fico feliz e, ao mesmo tempo, preocupado: feliz, porque, mais uma vez, isso confirma a utilidade da pesquisa-ação e da discussão de sua metodologia na formação de milhares de estudantes de Ciências Sociais aplicadas e de profissionais em diversas áreas de atuação; preocupado, porque o tempo está passando e há tantas novas abordagens e novas técnicas de pesquisa qualitativa que o livro cuja primeira edição data de 1985 evidentemente não abrange e pode, assim, parecer ultrapassado. De fato, seria bom escrever um livro inteiramente novo, mas os percalços da vida acadêmica nem sempre deixam ao docente universitário o tempo e a liberdade suficientes para escrever livros introdutórios, ou didáticos, pouco valorizados na corrida à publicação. Para que este prefácio não se limite a considerações de satisfação ou de lamento, darei algumas indicações na perspectiva de uma possível atualização da pesquisa-ação, reforçando sugestões apresentadas no Posfácio à 14ª edição.

O método de pesquisa-ação consiste essencialmente em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de grupos em que encontram-se reunidos pesquisadores, membros da situação-problema e outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados ou, pelo menos, no avanço a ser dado para que sejam formuladas adequadas respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas. No processo de pesquisa-ação estão entrelaçados objetivos de ação e objetivos de conhecimento que remetem a quadros de referência

teóricos, com base nos quais são estruturados os conceitos, as linhas de interpretação e as informações colhidas durante a investigação.

De passagem, nota-se que a pesquisa-ação pode ser concebida como *método*, isto quer dizer um caminho ou um conjunto de procedimentos para interligar conhecimento e ação, ou extrair da ação novos conhecimentos. Do lado dos pesquisadores, trata-se de formular conceitos, buscar informações sobre situações; do lado dos atores, a questão remete à disposição a agir, a aprender, a transformar, a melhorar etc. Além de uma simples coleta de dados, a pesquisa-ação requer um longo trabalho de grupos reunindo atores interessados e pesquisadores, educadores e outros profissionais qualificados em diferentes áreas. No título do livro, usei o termo *metodologia da pesquisa-ação* entendido, sobretudo, como discussão ou reflexão sobre o método, descrevendo suas características, avaliando méritos e limitações, comentando os contextos de aplicação. Frequentemente, existe alguma confusão entre a noção de *método* e a de *metodologia*. Isto é reconhecido, inclusive, em definições de dicionários. Adotamos a seguinte distinção: o *método* é o caminho prático da investigação; por sua vez, a *metodologia*, relacionada com epistemologia, consiste na discussão dos métodos.

Nas duas últimas décadas, alguns fatos marcaram a evolução da pesquisa-ação. As áreas mais tradicionais em que se aplica esse método continuam as de educação, formação de adultos, serviço social, extensão ou comunicação rural. Todavia, houve diversificação e ampliação das áreas: ciências ambientais, ciências da saúde (enfermagem, promoção da saúde, medicina coletiva), estudos organizacionais, ergonomia e engenharia de produção, estudos urbanos, desenvolvimento local, economia solidária, direitos humanos, práticas culturais e artísticas.

Uma tendência que também se fortaleceu é o uso da pesquisa-ação em projetos e programas de extensão universitária, área de atividade variada que se estruturou em universidades públicas e particulares, não reduzida à simples prestação de serviços. Encontrou apoio do governo

no quadro de políticas públicas. Nesse contexto, a pesquisa-ação não se limita mais a fomentar pequenos projetos ou de pouca visibilidade, para se tornar um quadro de referência metodológico em projetos e programas sociais de grande porte, apoiado por reitorias e órgãos do poder público. Isso representa um grande desafio para aqueles (como eu) que estavam acostumados a trabalhar junto a grupos de menor dimensão. É preciso enfrentar novas questões políticas ou estratégicas (Quem decide? Como a base é representada? Quais são as formas de participação?) e operacionais (Como são coletados os dados e gerados os resultados? Como usar *softwares* específicos para pesquisa qualitativa? Como aplicar tecnologias de informação e comunicação para facilitar a interação de grupos e pessoas em redes e a distância?).

Em projetos sociais, especialmente os de grande porte, em assessorias a políticas públicas, algumas vezes, há risco de confusão entre a exigência de conhecimento cientificamente embasado e a expressão de interesses políticos que podem se revelar triviais, passageiros ou, até mesmo, enganosos. Diante disso, é preciso reafirmar o compromisso social e científico da pesquisa-ação. Discordamos de colegas que consideram a pesquisa-ação como simples atividade de intervenção social, calcada na visão de atores, que não teria contas a prestar às instâncias de pesquisa científica e não precisaria validação ou reconhecimento acadêmico.

Seja qual for seu grau de intensidade, a vontade de pesquisar e de transformar situações não significa “fazer agitação” ou “propaganda” a favor de soluções preestabelecidas que, na maioria das vezes, revelam-se ilusórias. Não existe neutralidade na pesquisa social em geral, e tampouco na pesquisa-ação, mas isso não significa que tal proposta metodológica deva se confundir com as vontades (ou veleidades) de tal ou qual entidade política ou religiosa. Por meio de um maior grau de exigência metodológica e científica, podemos evitar certas manipulações ou vieses indesejáveis. Em particular, é preciso evitar que a pesquisa-ação esteja posta a serviço de propostas populistas e, por vezes, comunitaristas, deixando lideranças

mais ou menos carismáticas se apoiarem em resultados de pesquisa e de ações para fazer prevalecer seus fins particulares (acesso ao poder e concentração de recursos), sempre em nome do povo ou das comunidades. O pretenso diálogo pode virar monólogo para os seguidores espalharem falsas promessas contra a pobreza e promoverem novas formas de dominação e de conformismo.

No plano do conhecimento, foi alguma vez objetado contra a nossa proposta dos anos 1980 um excesso de objetivismo ou de realismo. Talvez certas formulações enfatizando o caráter objetivo da realidade, independentemente de nossa consciência ou de nossa vontade, podem induzir a esse tipo de apreciação. No entanto, cada vez mais, não se deve esquecer que, mesmo sendo objetiva, a realidade dá lugar a representações construídas com base no conhecimento humano. Os conceitos e resultados de pesquisa são construções. No caso da pesquisa-ação, trata-se de construções complexas, relacionadas com as visões dos atores e as conceituações dos pesquisadores, o todo mutável no decorrer da ação. Nesse contexto, a realidade não pode ser considerada como independente da consciência humana como se fosse um amontoado de pedras no solo de outro planeta.

No entanto, esse tipo de argumento não abre a porta ao subjetivismo radical segundo o qual a realidade seria uma mera questão de visão ou de vontade do sujeito. A pesquisa-ação se apresenta como método de pesquisa inserida em práticas ou ações sociais, educacionais, técnicas, estéticas etc. Ao longo dos anos, ela tem sido enriquecida nas encruzilhadas de várias tendências filosóficas. Hoje, ela pode se distanciar tanto do objetivismo quanto do subjetivismo, encontrando certa afinidade com o construtivismo social.

A leitura deste livro pode ser considerada como convite ou introdução para uma capacitação em pesquisa-ação, que só se efetivará mediante experiências a serem adquiridas na prática, colaborando ou participando em projetos sobre problemas reais e vividos por atores sociais

bem identificados. É também aconselhável ampliar uma formação metodológica mais completa, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo a literatura existente sobre pesquisa participante, planejamento participativo, método de estudo de caso, grupos de foco e outras técnicas semelhantes.

Podemos recomendar livros traduzidos e publicados de autores como André Morin (2004), Khalid El Andaloussi (2004), Hugues Dionne (2007). Ainda temos que resgatar importantes subsídios para pesquisa-ação e educação em João Bosco Pinto (1937-1995) a serem publicados.

Finalizando o prefácio desta nova edição, volto a salientar que, no atual contexto marcado por transformações rápidas e uma grande diversidade de iniciativas sociais, a pesquisa-ação continua bastante solicitada como meio de identificação e resolução de problemas coletivos e como forma de aprendizagem dos atores e dos pesquisadores (profissionais ou estudantes). Com as novidades científicas e técnicas que surgem todo dia, a atualização metodológica da pesquisa-ação é necessária e passa pela contínua (re)discussão de seus fundamentos teóricos, filosóficos, éticos e de seu aprimoramento no plano das técnicas de coleta e processamento de dados. Esse esforço de atualização é muito vasto e só poderá ser coletivo. Que todos os interessados participem!

Michel Thiollent

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011.

PREFÁCIO

QUARENTA ANOS DEPOIS

Fiquei realmente muito feliz com o convite de Michel Thiollent para prefaciá-lo este livro numa data comemorativa, o que me permitiu revisitar essa temática e, ao mesmo tempo, dar um testemunho da importância e da vigência da sua obra. Ao reler este livro, dos anos 80 de século passado, percebi o quanto ele é atual e necessário. Tornou-se um clássico na área. Escrito com rigor científico e, concomitantemente, com empenho ético-político-pedagógico, ele permaneceu vivo e merece essa celebração.

Destaco a preocupação de Thiollent em definir o método como uma questão ético-política e não puramente instrumental, como diria Jürgen Habermas, uma teoria, uma estratégia e um método de conhecimento não apenas de ensino-aprendizagem e pesquisa. Daí a sua preocupação com o papel das metodologias e as exigências científicas da produção do conhecimento, associadas a uma nova visão do que é rigor nessa produção e sua incidência sobre a práxis, ação mais reflexão. Como diria Antonio Gramsci, não basta compreender a realidade de outra maneira, é preciso fazer algo para mudá-la, para o bem viver de todos e de todas, e para a saúde do planeta como ser vivo e em evolução. Encontramos em Michel Thiollent essa preocupação primordial com o papel da ciência, da tecnologia e da

metodologia. Diz ele na página 43 da primeira edição (1985): “a investigação está valorativamente inserida numa política de transformação”.

Escrito na efervescência político-pedagógica dos anos 1970-1980, o livro passou pelos anos 1990, que prometiam “o fim da história”, e chega aos dias atuais cheio de vitalidade, como algo novo, não como uma novidade passageira. Ele se reinventa, recria, refaz e continua vivo em práticas de pesquisa que atravessam as fronteiras das ciências, das artes, das profissões e de diferentes áreas. Como o autor reconhece, não é uma obra que nada sozinha contra a correnteza. Como uma criação coletiva, está, entre outras, ao lado da pesquisa participante de Carlos Rodrigues Brandão e de Marcela Gajardo; da ação cultural e da investigação alternativa de Paulo Freire; da pesquisa participativa de João Bosco Pinto; da investigação-ação participativa de Orlando Fals Borda; da pesquisa social e ação educativa do Instituto de Ação Cultural; da escuta territorial do Instituto Paulo Freire... Enfim, vários nomes do horizonte comum de numerosas teorias e práticas sociais transformadoras.

A pesquisa-ação implica, por parte do pesquisador, a capacidade para ver, ouvir, posicionar-se e interagir. E, no caso das ciências sociais e da educação, saber que estamos trabalhando com pessoas sentipensantes, sujeitos da sua própria história.

Trata-se de um texto didático, no sentido pleno e original do termo, como arte de aprender-ensinar, da didiscência de que nos fala Paulo Freire. O livro não deixa o leitor na mão. Descreve fases e etapas da pesquisa respondendo à pergunta que nós, educadores e educadoras, estamos acostumados(as) a ouvir: como fazer? Não fica apenas na concepção da pesquisa-ação. Ele alerta, na introdução, que se trata de uma forma de ação planejada, de caráter social, educacional e técnico, em busca de soluções a problemas reais com os quais nos deparamos. Embora privilegie o lado empírico, sua abordagem implica uma teoria do conhecimento na qual esse empírico faz sentido. Diz ele que a pesquisa-ação não se limita aos aspectos práticos. A mediação teórico-conceitual permanece em todas

as fases e etapas da pesquisa. É assim que define o lugar da teoria nessa estratégia de conhecimento e suas possíveis aplicações práticas na educação, na comunicação, no trabalho social, na estrutura e no funcionamento dos sistemas, no desenvolvimento rural e na difusão das tecnologias, nas práticas políticas e outras, como a extensão universitária.

A preferência do autor é por técnicas coletivas, o que não exclui técnicas individuais que também podem ser utilizadas de modo crítico. Ele exclui a objetividade estática porque a realidade não é fixa; e porque a ciência e a técnica não são neutras. Ao contrário, são históricas e supõem um papel ativo dos pesquisadores. A metodologia não se limita a uma forma empiricista. Ele não vê contradição entre reafirmar as exigências do espírito científico e reabilitar o papel da argumentação na pesquisa.

Michel Thiollent, que conheci em 1978 na Universidade Estadual de Campinas, tem muitas histórias para contar sobre este livro que floresceu nos mais variados solos. Esta obra continua vigente, porque encontra amparo numa visão de mundo, numa cosmovisão, colocando-se de forma humilde diante do universo que se encontra fora de nós e, ao mesmo tempo, dentro de cada um de nós, e admitindo, na sua conclusão, que faltam muitos aspectos a abordar para uma visão completa do tema. Desde 1985 até hoje, esses aspectos vêm sendo completados e aperfeiçoados em numerosas práticas, acompanhadas ou não pelo autor que, neste momento, deve sentir-se orgulhoso de um “filho” que completa 40 anos de vida.

Com afeto.

Moacir Gadotti

São Paulo, 17 de janeiro de 2025, dia do nascimento de meu neto que é chamado por Theo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em apresentar e discutir vários temas relacionados com a metodologia da pesquisa social, dando particular destaque à pesquisa-ação, enquanto linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação.

Hoje em dia, no Brasil e noutros países, a linha da pesquisa-ação tende a ser aplicada em diversos campos de atuação: educação, comunicação, organização, serviço social, difusão de tecnologia rural, militância política ou sindical etc. No entanto, a pesquisa-ação ainda está em fase de discussão e não é objeto de unanimidade entre cientistas sociais e profissionais das diversas áreas.

Em muitos lugares, continuam prevalecendo as técnicas ditas convencionais que são usadas de acordo com um padrão de observação positivista no qual se manifesta uma grande preocupação em torno da quantificação de resultados empíricos, em detrimento da busca de compreensão e de interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. Essa busca é justamente valorizada na concepção da pesquisa-ação. Todavia, queremos deixar bem claro que esta linha de pesquisa não é única e não substitui as demais. O estudo de sua metodologia é apenas um tópico entre os diferentes tópicos da metodologia das ciências sociais.

Um dos aspectos sobre os quais não há unanimidade é o da própria denominação da proposta metodológica. As expressões “pesquisa participante” e “pesquisa-ação” são frequentemente dadas como sinônimas. A

nosso ver, não o são, porque a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante. Seja como for, consideramos que pesquisa-ação e pesquisa participante procedem de uma mesma busca de alternativas ao padrão de pesquisa convencional. Não estamos propensos a atribuir muita importância aos “rótulos”. Mediante a aplicação dos princípios metodológicos aqui em discussão, achamos que outro modo de designação possa ser cogitado, mas ainda não o encontramos.

A pesquisa-ação e a pesquisa participante estão ganhando grande audiência em vários meios sociais. Ainda é cedo para se ter uma avaliação da amplitude e dos resultados realmente alcançados. Do lado oposto, alguns partidários da metodologia convencional veem na pesquisa-ação e na pesquisa participante um grande perigo, o do rebaixamento do nível de exigência acadêmica. Como veremos mais adiante, existem efetivos riscos e exageros na concepção e na organização de pesquisas alternativas: abandono do ideal científico, manipulação política etc. Nosso desafio consiste em mostrar que tais riscos, que também existem em outros tipos de pesquisa, são superáveis mediante um adequado embasamento metodológico.

Com o desenvolvimento de suas exigências metodológicas, as propostas de pesquisa alternativa (participante e ação) poderão vir a desempenhar um importante papel nos estudos e na aprendizagem dos pesquisadores e de todas as pessoas ou grupos implicados em situações problemáticas. Um dos principais objetivos dessas propostas consiste em dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora. Trata-se de facilitar a busca de soluções aos problemas reais para os quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído. Devido à urgência de tais problemas (educação, informação, práticas políticas etc.),

os procedimentos a serem escolhidos devem obedecer a prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez.

Para evitarmos alguns equívocos quanto ao real alcance da pesquisa-ação, limitaremos a sua pertinência à faixa intermediária entre o que é geralmente designado com nível microssocial (indivíduos, pequenos grupos) e o que é considerado como nível macrossocial (sociedade, movimentos e entidades de âmbito nacional ou internacional). Essa faixa intermediária de observação corresponde a uma grande diversidade de atividades de grupos e indivíduos no seio ou à margem de instituições ou coletividades. Entre as principais atividades consideradas, encontramos tudo o que é comumente designado como educação, trabalho, comunicação, lazer etc. Tal como a entendemos, a pesquisa-ação não trata de psicologia individual e, também, não é adequada ao enfoque macrossocial. Nas condições atuais, como proposta bastante limitada, não se conhecem exemplos de pesquisa-ação ao nível da sociedade como um todo. É apenas um instrumento de trabalho e de investigação com grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte. Contrariamente a certas tendências da pesquisa psicossocial, os aspectos sociopolíticos nos parecem ser mais pertinentes que os aspectos psicológicos das “relações interpessoais”. Na abordagem da interação social, aqui adotada, os aspectos sociopolíticos são frequentemente privilegiados. O que não quer dizer que a realidade psicológica e existencial seja desprezada.

Do ponto de vista sociológico, a proposta de pesquisa-ação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação. Os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos, a ação só se manifesta num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas. Para analisar a estrutura social, outros enfoques, de caráter mais abrangente, são necessários.

Os temas e problemas metodológicos aqui apresentados são limitados ao contexto da pesquisa com base empírica, isto é, da pesquisa

voltada para a descrição de situações concretas e para a intervenção ou a ação orientada em função da resolução de problemas efetivamente detectados nas coletividades consideradas. Isto não quer dizer que estejamos desprezando a pesquisa teórica, sempre de fundamental importância. Mas precisamos começar por um dos lados possíveis e escolhemos o lado empírico, com observação e ação em meios sociais delimitados, principalmente com referência aos campos constituídos e designados como educação, comunicação e organização. Não nos parece haver incompatibilidade no fato de progredir na teorização a partir da observação e descrição de situações concretas e no fato de encarar situações circunscritas a diversos campos de atuação antes de se ter elaborado um conhecimento teórico relativo à sociedade como um todo. Entre esses diversos níveis de análise, não nos parece haver dedução do geral ao particular nem indução do particular ao geral. Trata-se de estabelecer um constante vaivém no qual privilegamos aqui os níveis mais acessíveis ao pesquisador principiante.

Embora privilegie o lado empírico, nossa abordagem nunca deixa de colocar as questões relativas aos quadros de referência teórica sem os quais a pesquisa empírica — de pesquisa-ação ou não — não faria sentido. Essas questões são vistas como sendo relacionadas ao papel da teoria na pesquisa e como contribuição específica dos pesquisadores nos discursos que acompanham o desenrolar da pesquisa, levando a uma deliberação acerca dos argumentos a serem levados em conta para estabelecer as conclusões.

Nos dias de hoje, embora haja muitas pesquisas em diversas áreas de conhecimento aplicado, sente-se a falta de uma maior segurança em matéria de metodologia quando se trata de investigar situações concretas. Além disso, no plano teórico, a retórica sem controle corre solta. Há um crescente descompasso entre o conhecimento usado na resolução de problemas reais e o conhecimento usado apenas de modo retórico ou simbólico na esfera cultural. A linha seguida pelos partidários da

pesquisa-ação é diferente: pretendem ficar atentos às exigências teóricas e práticas para equacionarem problemas relevantes dentro da situação social.

* * *

De acordo com a concepção didática deste livro, o conteúdo é organizado em temas, cada um sendo apresentado de modo conciso. A nossa seleção dos temas corresponde às respostas a diferentes perguntas que sempre são formuladas nas discussões sobre a pesquisa-ação de que temos participado no Brasil desde 1975. Muitas dessas perguntas nos foram sugeridas por alunos e professores de ciências sociais e de outras disciplinas na ocasião de cursos, conferências ou seminários em várias universidades e por pesquisadores encontrados na realização de diversas consultorias. Em si próprio, o “roteiro” proposto não pretende ser a solução de todos os problemas.

Os temas escolhidos foram agrupados em três capítulos:

1. Estratégia de conhecimento.
2. Concepção e organização da pesquisa.
3. Áreas de aplicação.

No Capítulo I, estão reunidos alguns temas gerais da estratégia de conhecimento, enfatizando o papel da metodologia no controle das exigências científicas e a natureza argumentativa das formas de raciocínio que operam na concepção da pesquisa-ação. A formulação das hipóteses (ou diretrizes), sua comprovação, as inferências e generalizações não são apenas baseadas em dados e regras estatísticas. No conjunto do processo da investigação e da ação, a argumentação (ou a deliberação) desempenha um papel fundamental. Além disso, as implicações políticas e valorativas devem ficar sob o controle dos pesquisadores.

No Capítulo II, apresentamos uma série de temas relacionados com a concepção e a organização prática de uma pesquisa-ação. São destacadas questões vinculadas à fase exploratória, o diagnóstico, a escolha do tema, a colocação dos problemas, o lugar da teoria e das hipóteses, a função do seminário no qual se reúnem os pesquisadores e os demais participantes, a delimitação do campo de observação empírica, os problemas de amostragem e de representatividade qualitativa, a coleta de dados, a aprendizagem, o cotejo do saber formal e do saber informal, a elaboração de planos de ação e, finalmente, a divulgação dos resultados.

No Capítulo III, apresentamos como temas as diversas áreas de aplicação da pesquisa-ação, em particular educação, comunicação, serviço social, organização, tecnologia rural e práticas políticas. Em cada uma dessas áreas são discutidas algumas das especificidades da abordagem proposta. Indicamos problemas a serem resolvidos e potencialidades a serem aproveitadas em futuras pesquisas.

Em conclusão, são retomadas sinteticamente importantes questões relacionadas com as condições intelectuais e práticas do desenvolvimento da pesquisa-ação enquanto estratégia de conhecimento voltada para a resolução de problemas do mundo real.

Capítulo I

ESTRATÉGIA DE CONHECIMENTO

Neste capítulo, são apresentados temas gerais da estratégia de conhecimento que é própria à orientação metodológica da pesquisa-ação tal como a concebemos. Após uma discussão acerca das definições e dos objetivos, apresentamos uma série de exigências necessárias à manutenção da pesquisa-ação no âmbito das ciências sociais. Em seguida, é descrito o papel da metodologia como sendo o de conduzir a pesquisa de acordo com as exigências científicas. Procurando mostrar algumas das especificidades da pesquisa-ação no plano das formas de raciocínio, indicamos que a natureza argumentativa (ou deliberativa) dos procedimentos está explicitamente reconhecida, contrariamente à concepção tradicional da pesquisa, na qual são valorizados critérios lógico-formais e estatísticos. Desenvolvendo este ponto de vista, procuramos mostrar como é possível estabelecer um vínculo entre, de um lado, o raciocínio hipotético e as exigências de comprovação, e, por outro lado, as

argumentações dos pesquisadores e participantes. Mostramos que a concepção das hipóteses não deve ser confundida com a elaboração de testes de hipótese, que é apenas uma técnica estatística de aplicação restritiva, o que nos permite repensar as questões relacionadas com inferências e generalizações de um modo que não se limita ao campo das técnicas estatísticas. Essas questões são também abordadas por intermédio dos recursos da argumentação, de modo particularmente adequado no contexto da pesquisa-ação, onde as interpretações da realidade observada e as ações transformadoras são objetos de deliberação. Em seguida, são apresentadas algumas reflexões introdutórias acerca do tema do relacionamento entre conhecimento e ação. Procuramos especificar o alcance das ações ou das transformações consideradas na pesquisa sem criar falsas expectativas ao nível da sociedade. Terminamos o nosso “roteiro” da estratégia de conhecimento por uma curta discussão sobre as suas implicações políticas e valorativas.

1. Definições e objetivos

Entre as diversas definições possíveis, daremos a seguinte: a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Este tipo de definição deixa provisoriamente em aberto a questão valorativa, pois não se refere a uma predeterminada orientação da ação ou a um predeterminado grupo social. Muitos partidários restringem a concepção e o uso da pesquisa-ação a uma orientação de ação emancipatória e a grupos sociais que pertencem às classes populares ou dominadas. Nesse caso, a pesquisa-ação é vista como forma de engajamento

sociopolítico a serviço da causa das classes populares. Esse engajamento é constitutivo de uma boa parte das propostas de pesquisa-ação e pesquisa participante, tais como são conhecidas na América Latina e em outros países do Terceiro Mundo. No entanto, a metodologia da pesquisa-ação é igualmente discutida em áreas de atuação técnico-organizativa com outros tipos de compromissos sociais e ideológicos, entre os quais destaca-se o compromisso de tipo “reformador” e “participativo”, tal como no caso das pesquisas sociotécnicas efetuadas segundo uma orientação de “democracia industrial”, principalmente em países do Norte da Europa.

Embora seja precária a distinção entre os aspectos valorativos e os aspectos propriamente metodológicos ao nível de um processo de investigação, consideramos que a estrutura metodológica da pesquisa-ação dá lugar a uma grande diversidade de propostas de pesquisa nos diversos campos de atuação social. Os valores vigentes em cada sociedade e em cada setor de atuação alteram sensivelmente o teor das propostas de pesquisa-ação. Assim, existe uma grande diversidade entre as propostas de carácter militante, as propostas informativas e conscientizadoras das áreas educacional e de comunicação e, finalmente, as propostas “eficientizantes” das áreas organizacional e tecnológica. Certos autores recusam a possibilidade de designar essas propostas tão diversas por um mesmo vocábulo.

Abordaremos questões metodológicas gerais tentando dar conta desta diversidade de propostas.

Ao nível das definições, uma questão frequentemente discutida é a de saber se existe uma diferença entre pesquisa-ação e pesquisa participante (Thiollent, 1984a, p. 82-103). Isto é uma questão de terminologia acerca da qual não há unanimidade. Nossa posição consiste em dizer que toda pesquisa-ação é de tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação. Isso porque pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa

baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem mais bem aceitos. Nesse caso, a participação é sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado.

Para que não haja ambiguidade, uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida.

Entre as ações encontradas, algumas são de tipo reivindicatório, por exemplo, no contexto associativo ou sindical. Em certos casos, trata-se de ações de caráter prático dentro de uma atividade coletiva, por exemplo, o lançamento de um jornal popular ou de outros meios de difusão no contexto da animação cultural. Num contexto organizacional, a ação considerada visa frequentemente resolver problemas de ordem aparentemente mais técnica, por exemplo, introduzir uma nova tecnologia ou desbloquear a circulação da informação dentro da organização. De fato, por trás de problemas desta natureza há sempre uma série de condicionantes sociais a serem evidenciados pela investigação.

Na pesquisa-ação, os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Sem dúvida, a pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre pesquisadores e pessoas da situação investigada que seja de tipo participativo. Os problemas de aceitação dos pesquisadores no meio pesquisado têm que ser resolvidos no decurso da pesquisa. Mas a participação do pesquisador não qualifica a especificidade da pesquisa-ação, que consiste em organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação planejada. Nesse sentido, pesquisa-ação e pesquisa participante

não deveriam ser confundidas, embora autores tenham chamado pesquisa participante concepções de pesquisa-ação que não se limitam à aceitação dos pesquisadores no meio pesquisado, como no caso de simples “observação participante”. A participação dos pesquisadores é explicitada dentro da situação de investigação, com os cuidados necessários para que haja reciprocidade por parte das pessoas e grupos implicados nesta situação. Além disso, a participação dos pesquisadores não deve chegar a substituir a atividade própria dos grupos e suas iniciativas.

Em geral, a ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a “dizer” e a “fazer”. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação, os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados.

Nesta perspectiva, é necessário definir com precisão, de um lado, qual é a ação, quais são os seus agentes, seus objetivos e obstáculos e, por outro lado, qual é a exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação.

Resumindo alguns de seus principais aspectos, consideramos que a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual:

- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;

- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

A configuração de uma pesquisa-ação depende dos seus objetivos e do contexto no qual é aplicada. Vários casos devem ser distinguidos.

Num primeiro caso, a pesquisa-ação é organizada para realizar os objetivos práticos de um ator social homogêneo dispondo de suficiente autonomia para encomendar e controlar a pesquisa. O ator é frequentemente uma associação ou um agrupamento ativo. Os pesquisadores assumem os objetivos definidos e orientam a investigação em função dos meios disponíveis.

Num segundo caso, a pesquisa-ação é realizada dentro de uma organização (empresa ou escola, por exemplo) na qual existe hierarquia ou grupos cujos relacionamentos são problemáticos. A pesquisa pode vir a ser utilizada por uma das partes em detrimento dos interesses das outras partes. Nesse caso, o relacionamento dos pesquisadores com os grupos da situação observada é muito mais complicado do que no caso precedente, tanto no plano ético quanto no plano da prática da pesquisa. Considera-se, no plano ético, que os pesquisadores da linha da pesquisa-ação não podem aceitar trabalhar em pesquisas manipuladas por uma das partes nas organizações, em particular por aquela que está mais vinculada ao poder. Após uma fase de definição dos interessados na pesquisa e das exigências dos pesquisadores, se houver possibilidade de conduzir a pesquisa de um modo satisfatoriamente negociado, os problemas de relacionamento entre

os grupos serão tecnicamente analisados por meio de reuniões no seio das quais todas as partes deverão estar representadas.

Num terceiro caso, a pesquisa-ação é organizada em meio aberto, por exemplo, bairro popular, comunidade rural etc. Nesse caso, ela pode ser desencadeada com uma maior iniciativa por parte dos pesquisadores que, às vezes, devem se precaver de possíveis inclinações “missionárias”, sempre propícias à perda do mínimo de objetividade que é requerido na pesquisa. Frequentemente, a pesquisa é organizada em função de instituições exteriores à comunidade. Os pesquisadores elucidam os diversos interesses implicados.

Na prática, os três casos que distinguimos algumas vezes se apresentam sob forma mesclada. Seja como for, a atitude dos pesquisadores é sempre uma atitude de “escuta” e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções próprias.

Na fase de definição da pesquisa-ação, uma outra condição necessária consiste na elucidação dos objetivos e, em particular, da relação existente entre os objetivos de pesquisa e os objetivos de ação. Uma das especificidades da pesquisa-ação consiste no relacionamento desses dois tipos de objetivos:

- a) **Objetivo prático:** contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, com levantamento de soluções e proposta de ações correspondentes às “soluções” para auxiliar o agente (ou ator) na sua atividade transformadora da situação. É claro que este tipo de objetivo deve ser visto com “realismo”, isto é, sem exageros na definição das soluções alcançáveis. Nem todos os problemas têm soluções a curto prazo.
- b) **Objetivo de conhecimento:** obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentar nosso conhecimento de determinadas situações (reivindicações, representações, capacidades de ação ou de mobilização etc.).

A relação existente entre esses dois tipos de objetivos é variável. De modo geral, considera-se que com maior conhecimento a ação é mais bem conduzida. No entanto, as exigências cotidianas da prática frequentemente limitam o tempo de dedicação ao conhecimento. Um equilíbrio entre as duas ordens de preocupação deve ser mantido.

Como complemento à discussão dos objetivos da pesquisa-ação, podemos indicar casos nos quais o objetivo é sobretudo “instrumental”; isto acontece quando a pesquisa tem um propósito limitado à resolução de um problema prático de ordem técnica, embora a técnica não seja concebida fora do seu contexto sociocultural de geração e uso. Encontramos outras situações nas quais os objetivos são voltados para a tomada de consciência dos agentes implicados na atividade investigada. Nesse caso, não se trata apenas de resolver um problema imediato e sim desenvolver a consciência da coletividade nos planos político ou cultural a respeito dos problemas importantes que enfrenta, mesmo quando não se veem soluções a curto prazo como, por exemplo, nos casos de secas, efeitos da propriedade fundiária etc. O objetivo é tornar mais evidentes aos olhos dos interessados a natureza e a complexidade dos problemas considerados.

Finalmente, existe uma outra situação, quando o objetivo da pesquisa-ação é principalmente voltado para a produção de conhecimento que não seja útil apenas para a coletividade considerada na investigação local. Trata-se de um conhecimento a ser cotejado com outros estudos e suscetível de parciais generalizações no estudo de problemas sociológicos, educacionais ou outros, de maior alcance. A ênfase pode ser dada a um dos três aspectos: resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento. Muitas vezes, a pesquisa-ação só consegue alcançar um ou outro desses três aspectos. Podemos imaginar que, com maior amadurecimento metodológico, a pesquisa-ação, quando bem conduzida, poderá vir a alcançá-los simultaneamente.

Uma última questão frequentemente abordada consiste na diferença que existe entre a pesquisa-ação e a pesquisa convencional. Numa

pesquisa convencional não há participação dos pesquisadores junto com os usuários ou pessoas da situação observada. Além disso, sempre há uma grande distância entre os resultados de uma pesquisa convencional e as possíveis decisões ou ações decorrentes. Em geral, tal tipo de pesquisa se insere no funcionamento burocrático das instituições. Os usuários não são considerados como atores. Ao nível da pesquisa, o usuário é mero informante, e ao nível da ação ele é mero executor. Esta concepção é incompatível com a da pesquisa-ação, sempre pressupondo participação e ação efetiva dos interessados. Podemos acrescentar que, na pesquisa social convencional, são privilegiados os aspectos individuais, tais como opiniões, atitudes, motivações, comportamentos etc. Esses aspectos são geralmente captados por meio de questionários e entrevistas que não permitem que se tenha uma visão dinâmica da situação. Não há focalização da pesquisa na dinâmica de transformação desta situação numa outra situação desejada. Ao contrário, pela pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação. Por exemplo, no campo industrial, é o caso quando se trata de transformar uma forma de organização do trabalho individualmente segmentada e rotinizada numa forma de organização com grupos dispostos de autonomia e flexibilidade na execução do trabalho. De modo geral, a observação do que ocorre no processo de transformação abrange problemas de expectativas, reivindicações, decisões, ações e é realizada através de reuniões e seminários nos quais participam pessoas de diversos grupos implicados na transformação. As reuniões e os seminários podem ser alimentados por informações obtidas em grupos de pesquisa especializados por assuntos e também por informações provenientes de outras fontes, inclusive — quando utilizáveis — aquelas que foram obtidas por meios convencionais: entrevistas, documentação etc. Este tipo de concepção pode ser aplicado no caso do estudo de inovações ou de transformações técnicas e sociais nas organizações e também nos sistemas de ensino.